

PROGRAMA BAIANO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS

Paulo César Marques de Andrade Santos¹

RESUMO: *O presente texto traz um breve relato do Programa Baiano de Incubadoras de Empresa. Nesse percebe-se que no primeiro momento correspondente ao período de 1991 a 1998 se mostra a gênese, desenvolvimento e expansão do movimento pelos pólos mais significativos economicamente para o Estado. No segundo momento, entre 1998 a 2003, mostra os efeitos da reengenharia estatal ocorrida com a transição do modelo do Estado interventor para o Estado regulador, ausência de políticas, de governo, específicas afetaram diretamente as ações do Conselho de Fomento as incubadoras de empresas, do Programa de Desenvolvimento de Incubadoras de Empresas e dos mediadores envolvidos com o desenvolvimento do Movimento de incubação. No terceiro momento, de 2003 a 2006, registra a retomada do Estado com políticas claras de apoio ao desenvolvimento de ambientes científicos e tecnológicos de geração de inovação tecnológica para produção de bens e serviços. Em 2004, foi lançado o Programa Bahia Inovação para incentivar a cultura empreendedora no âmbito das universidades, apoio as incubadoras de empresas e empresas incubadas e incentivo à criação da rede de incubadoras. Em 2005 foi criada a Rede Baiana de Incubadoras de Empresa com o objetivo de fortalecer o movimento no estado. É dado destaque à Incubatec, sua história, seu desenvolvimento e desempenho como a primeira incubadora de empresas do movimento baiano de incubadoras de empresas. Trata-se de um estudo de caso que reúne pesquisa bibliográfica, resultados de pesquisas quantitativa, qualitativa e documental.*

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Incubadoras de empresas; programa baiano de incubadoras de empresas.

INTRODUÇÃO

A concepção contemporânea que se tem dos programas de incubadoras de empresas é que se trata de um movimento que possibilita a criação e desenvolvimento de empreendimentos nascentes, instalados e orientados pelas instituições de ensino superior, centros de pesquisas, instituições governamentais e grandes empresas parcerias com objetivo de reduzir os índices de falecia das micro, pequenas e médias empresas.

O movimento de incubação de empresas teve início no Brasil no final da década de 1980 e atualmente conta com cerca de 400 incubadoras em todo o país; este dado ilustra como esse ambiente tem sido considerado fecundo para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas capazes de se desenvolver e se manter estáveis no mercado em que atuam frente às oscilações econômicas presentes na economia brasileira nos últimos trinta anos.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2003) 35% por cento das empresas nascentes encerram suas atividades no primeiro ano e 58% por cento até o terceiro ano de vida. Em fevereiro de 2004 houve um aumento do número de falências em 52,8% quando comparado ao ano de 2003 e os principais motivos apontados pela Centralização de Serviços de Bancos S.A. (SERASA) foram: Falta de clientes, grande número de

¹ Autor. Mestre em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia. Professor de Economia do Instituto Baiano de Ensino Superior (IBES) Ba. Email: santos.paulocesarmarques@gmail.com.

empresas concorrente, falta de capital próprio para investir no empreendimento, falta de instalações adequadas, falta de mão-de-obra capacitada entre outras dificuldades apresentadas por um universo de 9.477.973 casos registrados (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, 2005).

O crescimento médio das incubadoras de empresas no Brasil é de aproximadamente 18 por ano, incubando em média 6,9 empresas por incubadora enquanto gradua, aproximadamente 5 novas empresas. Essa dinâmica é comum, partindo do princípio de que um número cada vez maior de organizações (universidades e centros de pesquisa) começa a desenvolver condições propícias à inovação, articulando-se ao mundo dos negócios com as pequenas empresas, o que favorece o processo de incubação de empresas.

Com base nos dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia (Anportec), no Brasil, em 2005, a receita gerada pelas empresas graduadas, oriundas de incubadoras de empresas, foi da ordem de R\$ 1,5 bilhões gerados por 1.678 empresas para 12.270 postos de trabalho, superando os R\$ 1,2 bilhões de 2004, o que indica uma receita média anual por empresa de R\$ 893.921,00 (Anprotec, 2005).

Nesse mesmo período, em 2005, as empresas em processo de incubação, no interior das incubadoras de empresas obtiveram uma receita na ordem de R\$ 320 milhões para 2.327 empresas incubadas e uma receita anual de R\$ 98.839,00 (Anprotec, 2005).

Os valores apresentados pela Anprotec refletem o incremento de políticas governamentais no sentido de promover o desenvolvimento de nichos tecnológicos específicos capacitando e aparelhando micro, pequenos e médios empresários na gestão de seus empreendimentos favorecendo, de forma direta, o desenvolvimento sócioeconômico de algumas regiões brasileiras.

Na Bahia, onde o movimento de incubação de empresas completou quinze anos de existência em 2006, teve como marco inicial, em 1991, os primeiros debates em prol da criação de um programa de incentivo à criação de incubadoras de empresas no interior da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). O objetivo era motivar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica no estado. Os esforços empreendidos em parceria com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED) culminaram em 1993 com a criação da primeira incubadora de empresas do estado da Bahia, a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (Incubatec). A Incubatec foi criada com a finalidade de fomentar o desenvolvimento de projetos de micro, pequenas e médias empresas de base tecnológica preparando-as para o futuro e imediato mercado.

Criada a Incubatec, ela passou a funcionar no CEPED, localizado no Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1998; mudanças no cenário político e econômico no nível federal e estadual motivaram a transferência da gestão da Incubatec para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por se acreditar que o ambiente universitário era mais propício para o desenvolvimento dessas organizações.

Em 1994 foi criado o Conselho de Fomento a Incubadoras de Empresas (COFIN) e em consequência de sua criação segue também o Programa de Incentivo a Incubadoras de Empresas (Proinc). Considerado dez anos depois pela Anprotec como sendo a primeira rede de incubadoras de empresas do País, o Proinc teve como objetivo dinamizar a criação de incubadoras no interior do estado da Bahia, chegando a auxiliar na criação de 16 Incubadoras distribuídas por 11 municípios (Barreiras, Camacã, Camaçari, Cruz das Almas, Eunápolis, Feira de Santana, Gandú, Ilhéus, Juazeiro, Salvador, Simões Filho e Vitória da Conquista) entre os anos de 1994 a 2003 (Sebrae, 2006).

No ano seguinte, a quantidade de incubadoras foi reduzida para 11 e, atualmente são 7 incubadoras distribuídas em 5 municípios: Camaçari, Ilhéus, Lauro de Freitas, Salvador e Vitória da Conquista. Esses dados confirmam que na Bahia, ao contrário do Brasil, o movimento de

incubadoras de empresas não tem tido sucesso, com resultados negativos de 25 a 35% ao ano nos últimos cinco anos, e pouco tem contribuído regionalmente para o incremento do desenvolvimento das micro e pequenas empresas e da economia regional.

O comportamento do processo de incubação de empresas no estado da Bahia em comparação com os demais estados da federação é marcado por peculiaridades inerentes às políticas institucionais do período em questão, 1991/2006 e às características de cada instituição onde os organismos de apoio à incubação de empresas foram implementados. Para tanto, o objetivo é compreender e explicar o processo de criação e desenvolvimento do movimento baiano de incubadoras de empresas no período de 1991 a 2006, a partir de seu formato organizacional (estrutura), conselho, programas e rede, destacando as principais causas dos óbices do movimento.

Como desdobramento visa-se apresentar o desempenho das incubadoras de empresas no estado da Bahia nos últimos quinze anos fazendo-se referência especial à Incubatec; descrever a participação do Governo, universidades e empresas privadas na consolidação de políticas voltadas ao desenvolvimento das incubadoras de empresas e sua ação efetiva na Incubatec; identificar as características específicas da Incubatec.

A CRIAÇÃO DO COFIN E PROINC: Desenvolvimento do Movimento de Incubação de Empresas no Estado da Bahia

O movimento baiano de incubadoras de empresas foi marcado por três períodos distintos: o primeiro vai de 1991 com as primeiras discussões no espaço da FIEB/IEL a 1998, tem como destaque a criação do COFIN e Proinc. O segundo período foi marcado pela reestruturação administrativa do Estado, quando o Proinc e o COFIN foram desarticulados levando a rede de Incubadoras de empresas à inoperância no período compreendido entre 1999 e 2003, e o terceiro período surgiu com o advento do PBI, a partir de 2003 aos dias atuais, que favoreceu à formalização da RBI com apoio inclusive do MCT/PNI via fomento do Finep ao projeto para implantação da rede baiana por meio da chamada pública MCT/Finep/Ação Transversal – apoio ao PNI – 07/2005.

A criação do COFIN para fomentar surgimento e desenvolvimento de incubadoras de empresas no estado da Bahia foi mais um resultado dos esforços da superintendência da FIEB/IEL, simpática ao movimento de incubadoras e parques tecnológicos que já mostravam bons resultados na América do norte e aos arranjos produtivos na Europa.

Na Bahia, o CEPED já havia criado a sua incubadora de empresas de base tecnológica objetivando aproveitar a infra-estrutura e pessoal técnico existente em seu quadro para pesquisa básica e desenvolver MPMEs em sua incubadora.

E no interior da IEL/FIEB foi criado o conselho de fomento para a disseminação da cultura empreendedora e implantação de incubadoras de empresas. O Conselho era composto pelo alto escalão das empresas representadas e por conta disso, havia uma forte representação política, mas por outro lado, havia pouca ação efetiva para a implementação de um programa de incentivo à criação de incubadoras de empresas. Segundo Salomão (2007) os conselheiros do COFIN eram homens que ocupavam cargos estratégicos em suas companhias e não dispunham de tempo para implementar as ações operacionais definidas pelo conselho em prol do movimento e essa situação se perdurou até criação do Proinc.

Um ano depois da criação da Incubatec o IEL criou um conselho de incubadoras de empresas formado por dirigentes de várias instituições, inclusive o CEPED, e havia uma reunião a cada três meses para discutir questões referentes as incubadoras de empresas e [este Conselho] era liderado pelo IEL. O Conselho

funcionava com os dirigentes das instituições e as ações que eram para serem executadas não eram levadas a termo, pois esses conselheiros não tinham tempo para desenvolver. Eram Diretores, Superintendentes e o alto escalão de suas organizações que davam o apoio político, mas sem nenhuma ação realmente prática (SALOMÃO, 2007, Entrevista).

A ESTAGNAÇÃO DO MOVIMENTO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS NA BAHIA

O segundo momento do processo de incubação de empresas na Bahia que vai de 1998 a 2003 foi marcado por uma série de fatos que culminaram com a desarticulação do COFIN e do Proinc, e no fechamento de algumas incubadoras de empresas e a perda da identidade funcional de algumas outras.

O primeiro fato decisivo foi a reengenharia estatal de um Estado interventor e burocrático presente nos setores produtivos da economia que passou a ser um Estado mínimo, gerencial e regulador das ações da iniciativa privada na economia, mesmo as ações previstas como de responsabilidade do Estado. Por conta dessas mudanças, algumas empresas associadas à FIEB/IEL foram privatizadas, outras extintas e outras ainda receberam novas atribuições como o caso da Coelba e Telebahia que foram privatizadas, da Sudene que foi extinta e do Desenbanco e Seplantec que se tornaram Desenhahia e Secti respectivamente. Nesse período o COFIN foi desarticulado, deixando o Proinc aos poucos de se reunir e como consequência a sua secretaria executiva (Proinc) foi perdendo o dinamismo.

O segundo fato mais pontual foi o ocorrido com a Incubatec. A Incubatec pertencia à estrutura do CEPED que por sua vez tinha uma vida independente, um orçamento próprio que mesmo em decadência conseguia desenvolver um bom trabalho para as empresas do COPEC e região. Com a extinção da Seplantec e incorporação do CEPED pela UNEB tornou-se mais difícil a criação de um centro de excelência em pesquisa petroquímica no CEPED e do desenvolvimento e de fazer da incubatec um tecnopólo capaz de viabilizar a formação de uma geração de MPMEs tendo como suporte a COPEC.

O terceiro fato ocorrido nesse período foi a desarticulação do COFIN e a paralisação das atividades do Proinc o que representou na prática a retirada do apoio político das grandes empresas e organizações ao movimento de incubação de empresas e a continuidade da difusão da cultura empreendedora desenvolvida pelo antigo programa.

Esses são alguns fatos ocorridos no período de 1998 a 2003 nos quais se pode perceber que tanto o COFIN quanto o Proinc estavam com suas ações paralisadas e as incubadoras estavam à mercê das questões administrativas e políticas das instituições que as receberam. O grau de comprometimento e interesse da organização gestora do espaço onde o ambiente da incubadora estava presente, importava diretamente em três possíveis resultados: no sucesso do processo de incubação de empresas; na paralisação das atividades da incubadora ou abandono do processo de incubação e conseqüentemente no fechamento da incubadora como foi o caso da incubadora da FABAC, da Fundação Visconde de Cairú entre outras que tiveram suas atividades encerradas.

Com a reengenharia da estrutura organizacional dos órgãos e empresas do Governo estadual, já tratada anteriormente, acarretando, entre outros movimentos, na saída do CEPED da Secretaria de Planejamento para ir compor a pasta da Secretaria de Educação (passando a fazer parte da estrutura da UNEB), a desarticulação do COFIN e a conseqüente paralisia do Proinc e a falta de continuidade e apoio das administrações municipais local às incubadoras instaladas em seus Municípios por conta das ideologias político-partidária conduziram à inércia o movimento de incubação de empresas na Bahia e determinara a sua sentença de falência da experiência acumulada no modelo existente.

Ao analisar esses dois momentos distintos do processo de desenvolvimento do movimento de incubadoras de empresas no estado da Bahia: o primeiro no período de 1991 a 1998 e o segundo de 1998 a 2003, Castro (2007)² faz a seguinte consideração:

[...] no período compreendido entre 1991 a 1998 o que tinha de ser feito foi feito: que foi a parte de sensibilização, disseminação da cultura empreendedora e as etapas necessárias ao processo incubação de empresas. Quando as pessoas absorveram isso para si e para as organizações. [...] O que tinha que ser feito nesse período foi feito (CASTRO, 2007, Entrevista).

Para Castro (2007) a maior realização do movimento de incubadoras de empresas no período foi a criação da Incubatec. É a única incubadora na Bahia que foi contemplada com uma infra-estrutura prévia. Não foi feito um “arranjo” para sua implantação. Ela foi planejada e projetada para ser uma incubadora.

A maior realização do movimento de incubação de empresas do Estado da Bahia foi a criação da Incubatec. A Incubatec até hoje é uma incubadora que faz pesquisas, tem acesso a laboratórios, tem um espaço que foi construído para uma incubadora. Ela foi desenhada para ser uma incubadora de fato. Num espaço que foi organizado para ser implantada (CASTRO, 2007, Entrevista).

Contudo, o período em que o COFIN e o Proinc estiveram com suas atividades paralisadas, 1998 e 2003, por questões administrativas e políticas, houve um retrocesso e as conquistas e avanços alcançados no período anterior foram se desestruturando. “Com tanto tempo parado, não há programa que reúna condições para ser alavancado”, comenta Castro (2007). Estava prevista para esse período a implantação de um número maior de incubadoras, pré-incubadoras e hotéis de projetos³. Como destaca Castro ao ponderar que

[...] para que esse momento acontecesse era necessária a implantação de incubadoras, de pré-incubadoras ou de hotel de projetos [que estivessem] em processo de pré-incubação. É bom que se pense até em uma forma de avaliação do programa. Pensar, refletir tanto sobre o papel do Estado como da gente também enquanto FIEB/IEL olhando para a curva de aprendizado para ver o que pode ser melhorado, o que deve ser descartado pelo programa e o que pode ser acoplado a ele. [...] O programa ficou muito tempo parado por questões administrativas e políticas negando condições de qualquer programa ser alavancado (CASTRO, 2007, Entrevista).

A RETOMADA DO MOVIMENTO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

Em 2001, a Seplantec juntamente com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT) propõem ao Governo do estado a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) com objetivo de se ter um órgão de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico no estado administrado por um conselho curador

² Sra. Vivian Castro foi funcionária do Instituto Euvaldo Lodi e assistente do Sr. Sílvio Liberato que respondia pela Coordenação do Proinc.

³ É uma modalidade de pré-incubação.

composto por representantes do corpo acadêmico e da indústria, buscando fortalecer a área de CT&I.

Em 2003, é criada a Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), sendo seu Secretário Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti e um ano depois, em 2004, a SECTI deixa de ser uma secretaria extraordinária e passa a ser permanente, tendo como objetivo “fortalecer e ampliar as bases científicas, tecnológicas e de conhecimento para o desenvolvimento sustentado da Bahia” como deixa claro o Relatório da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (2004). Para tanto, busca criar diretrizes e desenvolver políticas públicas para alcançar seus objetivos. Concomitante à implantação da Fapesb e da Secti foi criado o Conselho de Ciência e Tecnologia (Concitech) que sob a presidência do Governador Paulo Ganem Souto passou a deliberar sobre os programas de CI&T no âmbito do estado da Bahia.

No mesmo ano de 2004, é lançado o Programa Bahia Inovação (PBI) com o intuito de apoiar iniciativas inovadoras e desenvolver a cultura empreendedora nas instituições de ensino superior. O PBI agregou várias políticas públicas e algumas vieram a beneficiar o movimento de incubadoras do estado como: a motivação para a restauração do movimento estagnado durante o período de 1998 a 2003, a criação de duas pré-incubadoras de empresas, a Inovatec da Escola Politécnica da UFBA e a Softex-Ba, a integração de diversas instituições de ensino superior em torno de cursos de empreendedorismo, um programa de seleção dos melhores planos de negócios e o envio desses para as pré-incubadoras de empresas, além de recursos para empresas já incubadas marcaram as ações da recém criada Secti que juntamente com a Fapesb, Sebrae e FIEB/IEL deram continuidade às políticas de atenção à criação e desenvolvimento de ambientes de inovação tecnológica e a cultura empreendedora.

O Programa Bahia Inovação [...] busca disseminar dentro da Bahia os programas e projetos de apoio, nacionais e estaduais, existentes que possam fomentar as principais atividades dentro das áreas prioritárias do Estado, visando o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo, especialmente para estímulo à cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, os centros de pesquisas, organizações não governamentais e Governo. Possui três sub-programas: Edital Bahia Inovação [...] Núcleo de Propriedade Intelectual [...] e Rede de empreendedorismo que está pautada na chamada de apoio à implantação de curso de extensão em empreendedorismo em instituição de ensino e pesquisa, capacitação para elaboração de plano de negócios, cursos de planos de negócios, chamada para criação de uma pré-incubadora e chamada estadual de apoio às incubadoras (RELATÓRIO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2004).

O PBI foi criado com o objetivo de acelerar o processo de modernização da matriz produtiva baiana por meio do incentivo à disseminação da cultura empreendedora, incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico na produção de bens e serviços inovadores e sua respectiva colocação no mercado e o fortalecimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica. O PBI segundo o relatório da política de ciência, tecnologia e inovação do Governo (2004) busca expandir programas de apoio a esses intentos.

Os financiamentos e os recursos financeiros a fundo não reembolsável ou a taxas subsidiadas chegavam às incubadoras via editais. Uma vez atendido aos editais, as visitas técnicas de consultoria e controle eram constantes. As incubadoras tomaram um novo impulso, a difusão da cultura empreendedora e as propostas de apoio governamental motivaram o surgimento de novas incubadoras como a Cena da FTC e a Startup da FTE gerenciadas pelo José

Roberto Salomão e Gustavo Antunes Soares, respectivamente, que em pouco tempo já contavam com empresas sendo incubadas.

Contudo, essa nova etapa do movimento de incubação no estado da Bahia não significava um retorno ou continuação do primeiro momento, 1991 a 1998, o atual programa não era uma versão aperfeiçoada e sim um programa de reestruturação e modernização da matriz produtiva de bens e serviços e que tinha como finalidade formar centros de excelências para produção de tecnologia e inovação como resultado da disseminação da cultura empreendedora e do fortalecimento de micro e pequenas empresas. O PBI não se configurava na continuação do Proinc, como confirma o gerente da Incubatec Luiz Fernando Pego (2007):

Tudo se fez de novo. Quando assumi a gerência da Incubatec, o Proinc era apenas uma história de bons feitos, uma lenda do que tinha acontecido no passado [...]. Quando assumi a gerência as relações eram desarticuladas (PEGO, 2007, Entrevista).

Como resultado da nova dinâmica implementada pelo PBI ao movimento de incubação de empresas na Bahia as incubadoras, as pré-incubadoras, agora entre elas a Softex – Ba, as instituições de ensino contempladas pelos editais para ministrarem cursos de empreendedorismo juntamente com as instituições gestoras do PBI: Secti, Fapesb, FIEB/IEL e Sebrae começaram a tecer formalmente uma rede de comunicação e solidariedade que em 2005 deu origem à Rede Baiana de Incubadoras de empresas (RBI) sendo seu primeiro e atual presidente o Sr. José Roberto Salomão.

RESULTADOS ASSINALADOS

O movimento de incubadoras de empresas iniciadas no Brasil no final da década de 1980 trouxe bons resultados para a economia nacional e uma oportunidade de desenvolvimento endógeno quanto ao aproveitamento do potencial local, da capacidade inventiva, do aproveitamento das externalidades existentes no local, o desenvolvimento das estruturas de pesquisas, o estreitamento dos laços entre empresas e instituições de ensino e a existência de uma rede de solidariedade que compartilha idéias, esforços e contribui para o fortalecimento econômico-político- social e educacional do lugar.

Em duas décadas, o movimento de incubadoras de empresas, alcançou as cinco regiões brasileiras com um número significativo de incubadoras, alcançando cerca de 400 incubadoras. Os incentivos governamentais em forma de investimentos financeiros e auxílio técnico têm sido fundamentais ao longo do processo de conselhos, programas e redes foram criados para articular a integração entre os mais diversos agentes: empresários, universidades, centros de pesquisas, mediadores, Governos e incubadoras de empresas na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento e crescimento dessas organizações.

Os resultados globais são animadores e já impactam significativamente na economia nacional, motivo pelo qual mais investimentos em C&T são liberados pelo MCT para o PNI por meio da FINEP que em parceria com as instituições de fomento dos estados, no caso da Bahia a Fapesb, são investidos em redes, programas, ou diretamente em projetos desenvolvidos nas incubadoras de empresas.

Ao longo do tempo, centros de excelência em tecnologia foram desenvolvidos e os resultados revertidos na criação e desenvolvimento de MPMEs aptas a atuarem no mercado, mercando produtos e serviços e assegurando emprego e renda para milhares de pessoas.

Produtos mais competitivos ou similares aos anteriormente importados são desenvolvidos pelas empresas incubadas que se beneficiam de pesquisa aplicada, fruto da

dedicação discente, experiência docente e o aprendizado empreendedor. Por conta dessa dedicação, do ambiente fecundo e solidário de auxílio e aprendizado, da cooperação governamental deram ao Brasil a condição de ser o país com maior número de programas de incubadoras da América Latina.

Contudo, destacando o movimento baiano de incubadoras de empresas nesse contexto, para se mensurar a participação do estado da Bahia no computo nacional como também conhecer a estrutura que se formou nesses últimos quinze anos, 1991 até os dias 2006 atuais, pode-se observar que uma grande quantidade de ações foram empreendidas para criação e desenvolvimento de incubadoras de empresas. Organizações como COFIN, Proinc e RBI foram criados no sentido de melhor organizar e dinamizar o movimento de incubação de empresas nesse período, mas os resultados observados apontam para alguns óbices impeditivos do sucesso do movimento baiano de incubação de empresas, não contribuindo, na mesma proporção, para o sucesso alcançado pelo movimento de incubação de empresas que se desenvolve ao nível nacional que foram: a) a descontinuidade do programa entre 1998 a 2003 causado pela falta de políticas públicas de implementação das ações adotadas nos anos anteriores, b) a ausência de participação do corpo discente, docente e pesquisadores das instituições universitárias nas incubadoras instaladas nas universidades públicas; c) falta de apoio no âmbito da universidade e centro de pesquisas, principalmente do setor jurídico e contábil, no sentido de dirimir dúvidas, despachar documentos e dar maior celeridade ao processo de amadurecimento das empresas incubadas como observado no CEPED/UNEB; e, d) nas incubadoras instaladas nas instituições particulares o maior fator de óbice é a incerteza do tempo gasto com investimento para se ter os resultados esperados.

Mesmo com todo apoio e motivação dados às incubadoras de empresas e empresas incubadas verificado no período de 2003 a 2006 principalmente pelo PBI, não se pode prospectar ainda, em valores quantitativos, os resultados positivos do período por conta dos estragos provocados pela inércia do período anterior.

As condições das incubadoras instaladas nas instituições públicas e privadas passam por problemas de ordem diferentes: as incubadoras instaladas na UESB e UNEB (Incubem e Incubatec) que são universidades públicas, ainda existem por conta da dedicação de seus gerentes que combatem os óbices criados pela falta de programas de promoção às incubadoras. Ao contrário do que ocorrem nas demais instituições de ensino superior públicas que recebem tais programas, onde parte considerável das empresas incubadas pertence a alunos e professores da instituição. Na Incubem e Incubatec a participação de alunos e de professores é mínima.

Nesse cenário não se aplica o papel fundamental das universidades e centros de pesquisas na transferência de P&D para as empresas incubadas. Ou seja, a universidade pouco se faz presente na elaboração e consolidação dos processos, produtos e serviços produzidos pelas empresas incubadas. O que se viu nas Incubadoras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e acompanhado pela literatura na Universidade de Brasília, de São Carlos e na Universidade de Campinas-SP é o uso estratégico da incubadora como laboratório de pesquisa aplicada na elaboração de produtos inovadores.

Ou seja, as incubadoras de empresas das universidades públicas do estado da Bahia estão ocupadas por empresários que utilizam os baixos custos dos espaços para produção de seus produtos com o auxílio da estrutura existente e da captação de recursos não reembolsáveis ou subsidiados pela União ou Estado. Isso inclui consultoria e participação em eventos dentro e fora do estado da Bahia, alguns às expensas do Governo.

As incubadoras instaladas nas instituições privadas a exemplo da Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE) e Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), respectivamente *Startup* e CENA, enfrentam problemas diferentes causados pela incerteza do tempo a ser

investido nas empresas incubadas até a sua maturação; problemas relacionados ao custo de manutenção da incubadora, projeção das empresas incubadas no mercado, contratação de professores pesquisadores dispostos a coordenar grupos de pesquisa na incubadora de empresas etc.

Com respeito à UNEB/CEPED/Incubatec foi verificada uma relação pouco interativa, que se acredita ser em consequência ainda da incorporação não harmoniosa do CEPED/Incubatec à UNEB. Como resultado, a permanência da incubadora até os dias de hoje se deve ao esforço e dedicação pessoal de seus gerentes do passado – José Roberto Salomão idealizador do projeto juntamente com a comissão do CEPED nos idos de 1992, permanecendo na Incubatec até 2003 quando foi substituído por Luiz Fernando Pego que tem conduzido as empresas incubadas em meio às dificuldades encontradas dentro e fora da UNEB/CEPED até o momento.

CONCLUSÃO

A finalidade do presente artigo foi apresentar, sucintamente, o processo de idealização, implantação e, infelizmente, de estagnação do Programa Baiano de Incubadoras de Empresas na Bahia. Assim, a partir do verificado in loco e analisado a posteriori trazemos algumas considerações a título de finalização.

Foi verificada a existência de três momentos distintos e não sequenciais compreendidos entre 1991 a 2006: 1) O primeiro momento, de 1991 a 1998, marcado pelo aprendizado, formação estrutural do COFIN e do Proinc, pela disseminação da cultura empreendedora e incubação de empresas em pólos de crescimento e pela criação das incubadoras precursoras do movimento na Bahia. Destaque maior nesse período para os esforços empreendidos pela FIEB/IEL em articular a criação do COFIN além de abrigar a secretaria executiva deste conselho no Proinc; 2) O segundo momento, 1998 a 2003, foi marcado pela inércia do Governo em sua transição, da condição de interventor para regulador, momento em que não são observadas políticas claras quanto sua ação e dos órgãos mediadores junto aos setores produtivos. A desarticulação do COFIN e sem uma direção definida para as ações do Proinc, o movimento, que naquele momento necessitava de ações para implementar as atividades das incubadoras em funcionamento e de outras que estavam prestes a iniciar suas atividades. Aqui se verifica o primeiro óbice do movimento baiano de incubadoras de empresas do estado da Bahia; 3) O terceiro momento, que vai de 2003 a 2006, é marcado pelo surgimento do PBI e pela criação da RBI. O destaque maior desse período é dado às políticas de Governo de incentivo a inovação tecnológica, a participação de um maior número de instituições de ensino superior nas atividades desenvolvidas pelo PBI, apoio à criação de novas incubadoras e as incubadoras já existentes.

Diante do exposto e considerando que o movimento de incubadoras de empresas é instrumento potencializador do desenvolvimento de MPMEs de bens e serviços que associada a grandes empresas promovem o crescimento econômico local auxiliando na dinâmica da economia endógena; considerando que as incubadoras de empresas são ambientes apropriados para o desenvolvimento técnico inovador alcançado pelos investimentos feitos em pesquisa pura e em pesquisa aplicada elaborada em centros de pesquisa e universidades na cooperação constante professor/pesquisador e aluno; considerando que o movimento de incubadoras, pelo seu tempo de existência na Bahia, já conta com uma estrutura mínima para exercer a sua missão educacional/ produtiva/ empreendedora e considerando ainda a Incubatec como a incubadora de maior potencial produtivo-inovador. Conclui-se que o movimento de incubadoras de empresas no estado da Bahia tem um grande potencial latente capaz de acompanhar os bons resultados que o país vem apresentando no processo de incubação e desenvolvimento de MPMEs e,

logicamente contribuir para o aumento dos índices de sucesso apresentado pela demais regiões do Brasil, desde que sejam tratados seus problemas e equívocos formativos com projetos, programas e políticas saneadoras dos óbices existentes, com o intuito de se alcançar a efetividade tornando o movimento eficiente e eficaz.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de empreendimentos Inovadores. Brasília. **Panorama amprotec: 2001- 2006**. Disponível:< <http://www.anprotec.org.br/publicacaopanorama.php?idpublicacao=53>> Acesso em:17 /05/2006.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico - SENTEC. **Manual para a implantação de incubadoras de empresas**. Brasília, DF: Programa de apoio à capacitação tecnológica da indústria (PACT), 1998. 33 p.

_____. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial – SEPTE. . **Manual para a implantação de incubadoras de empresas**. Brasília, DF: Coordenação de sistemas locais de inovação 2000. 33 p.

BRISOLLA, S. N. **Relatório final: o papel da universidade na pesquisa aplicada e na formação de profissionais: um estudo de caso da Unicamp**. Campinas: Abril, 1998.143 p.

Relatório governamental de política de ciência , tecnologia e inovação para o Estado da Bahia 2004. Disponível:< [http://www.inovacao.unicamp.br/ report/Politica_Completa060821.pdf](http://www.inovacao.unicamp.br/report/Politica_Completa060821.pdf)> Acesso em: 12/06/2006.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: Pró-reitoria de Ensino de Graduação.In: **Catálogo de cursos de graduação- 2000/2001**. Salvador, :UNEB, 2001. p. 181.